

EFEITOS ESPACIAIS E SOCIAIS DE GRANDES PROJETOS: TERRITÓRIOS, TERRITORIALIDADES E DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS NA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA USINA HIDRELÉTRICA DE MIRANDA

**CAMILA LOUISE DE SOUZA ¹
VICENTE DE PAULO DA SILVA ²**

Resumo

O presente artigo foi proposto a partir da constatação de que uma grande obra pode alterar profundamente o modo de viver de milhares de pessoas, sem que isso seja levado em consideração na fase de decisão e opção pela execução de tais empreendimentos. Metodologia: inicialmente, partimos do referencial teórico pesquisado para o projeto intitulado *Efeitos Espaciais e Sociais de Grandes Projetos: Territórios, territorialidades e Deslocamentos compulsórios na área de abrangência da usina hidrelétrica de Miranda no rio Araguari, em Uberlândia – MG*, desenvolvido no programa de Bolsa de Iniciação Científica, na Universidade Federal de Uberlândia, financiado pelo CNPq, e posteriormente foram acrescentados os resultados obtidos com a realização de trabalho de campo. Este consistiu em visitas à Usina de Miranda, bem como, em diferentes locais destruídos, ou construídos em função do evento, além de entrevistas a pessoas atingidas. Resultados: neste trabalho entendeu-se que a problemática dos deslocamentos compulsórios deve ser considerada como efeito de grandes projetos, no qual diversas pessoas se vêem obrigadas a deixar seu território de maneira forçada e tentar se estabelecer em outro lugar. Tais eventos têm sido constantes no Brasil e seus efeitos levam ao deslocamento de milhares de pessoas quer seja em zonas rurais, urbanas ou no meio indígena. Essas mudanças, na maioria dos casos, são rodeadas por desinformação, descaso e revoltas, além de serem envolvidas por diversas questões político-administrativas cujo objetivo principal é a produção de energia e não a melhoria da qualidade de vida das pessoas envolvidas.

Palavras – chaves: Deslocamento Compulsório, Território, Espaço.

¹ Graduanda em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia, Av. Morum Bernardino, 1074, CEP: 38401-098. E-mail: louise_camila@hotmail.com

² Professor Doutor da Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia, Coordenador do Projeto de Pesquisa, Rua da Bandeira, 735, B: Tibery, CEP. 38405 174, E-mail: vicente@ig.ufu.br

Abstract

This article was proposed from the finding that a great work can change the mode of living of thousands of people without this being taken into consideration during the decision and options for the implementation of such ventures. Methods: Initially, we studied the theoretical framework for the project entitled Effects of Social Space and Major Projects: Territories, territorial and shifts in the compulsory coverage of the Miranda hydropower of the River Araguari in Uberlândia - MG, developed in the Stock Exchange of Scientific Initiation, at the Universidade Federal de Uberlândia, financed by CNPQ, and later were added the results obtained with the completion of fieldwork. This consisted of visits to Usina de Miranda, and in different places destroyed, or built according to the event, plus interviews with people affected. Results: This study found that the problem of displacement should be considered as compulsory effect of large projects, in which several people are forced to leave their territory and forced way of trying to establish elsewhere. Such events have been set in Brazil and its effects led to the displacement of thousands of people either in rural, urban and indigenous in the middle. These changes, in most cases are surrounded by misinformation, neglect and revolt, as well as being involved in various political and administrative issues whose main goal is the production of energy and not the quality of life of people involved.

Key – words: Compulsory Displacement, Territory, Place.

Introdução

A princípio, considerou-se que para se entender a relação estabelecida entre o sujeito, o lugar e a história, seria necessária a compreensão do espaço em que tal relação ocorre. A categoria de análise da geografia, Território, foi entendida como ferramenta para o estudo da construção do espaço vivido e construído pelo homem e a problemática da submissão desse espaço ao poder de grupos econômicos que o toma como lócus da execução de Grandes Projetos.

Na primeira fase do projeto, buscou-se um melhor entendimento das questões relacionadas à problemática da opção pelos grandes projetos e, conseqüentemente, dos efeitos sobre o espaço e, principalmente, sobre milhares de moradores que vivem em locais tomados para execução dessas grandes obras.

A construção de hidrelétricas tem sido um tema privilegiado por diversos autores quando se fala em grandes projetos. Contudo, outros tipos de construções também podem ser pensados com o mesmo peso, uma vez que, quer seja num rio, numa cidade, numa rua ou numa menor fração do espaço, os efeitos sobre os moradores devem ser considerados de grande relevância nos estudos realizados sobre o tema.

Grandes Projetos, Territórios e Deslocamentos compulsórios

Alvo de diferentes abordagens teóricas ao longo do tempo, o conceito de território ainda é discutido em diversos âmbitos científicos. Na geografia, assume caráter político, econômico, cultural, social ou ainda como consequência da associação de diferentes tipos entre os citados. Um consenso a respeito desta categoria se torna impossível e desnecessário, visto que o debate constante enriquece e agrega valor à construção do saber geográfico.

Historicamente, o conceito de território tem sido associado às questões de cunho político e também de fronteiras, mais próximo das idéias de controle, domínio e apropriação (políticas e/ou simbólicas) do que da idéia de uso ou de função econômica (HAESBAERT, 2006). Assim, o termo foi amplamente utilizado pelas ciências políticas como ferramenta para delimitar e controlar o espaço, imprimindo como características no território uma rigidez em sua forma e estaticidade de seus elementos.

Entretanto o território entendido como o espaço ocupado e vivido por indivíduos organizados em grupos, se torna sustentáculo das relações entre esses indivíduos e destes com o meio, a natureza da qual fazem parte. Santos (2002, p.13) o define como sendo “o lugar em que desembocam todas as ações, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência”. Assim, o mesmo se torna parte da vida cotidiana dos indivíduos enquanto grupos sociais, que criam relações afetivas e emotivas com o espaço em que estão inseridos.

Há uma compreensão do território a partir de seu uso, da interação de suas propriedades físicas e dos recursos naturais, juntamente com as potencialidades da força de trabalho do homem, capaz de transformar o meio. Nesse caso, ele se torna um espaço consumido e constantemente recriado, que se renova a cada nova geração que surge e envelhece juntamente com as lembranças das antigas gerações que sobre ele criaram e reproduziram seus signos.

Com isso, os indivíduos se identificam com o espaço, considerando que identidade seja, conforme Santos (2002, p.14), “o sentimento de pertencer aquilo que nos

pertence, o território é fundamento do trabalho, o lugar da residência, de trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”. Acrescenta-se que o mesmo pode ser também o lugar da resistência, da defesa, da luta pela sobrevivência. Não é um lugar qualquer, mas um lugar cheio de significados para aqueles que o constroem, que nele vivem.

Contudo, podemos diferenciar o “território construído” do “território dado” (FLORES, 2006). O primeiro é caracterizado pela concepção anteriormente citada de que no território o homem constrói, mantém e desenvolve seu modo de vida e reprodução, criando sobre ele, e nele diversos vínculos de cunho emocional-afetivo e sócio-político. Já a noção de “território dado” pode ser esclarecida como uma territorialidade ‘forjada’, uma realidade manipulada e transformada para responder a determinados parâmetros, como se a partir de objetivos propostos e metas pré-definidas o território fosse moldado para atender interesses privados.

É justamente sob a ótica do “território construído” que o presente artigo busca elucidar a respeito dos efeitos que as mudanças impostas por agentes externos geram a uma determinada localidade e suas formas de repercussão nas relações sociais ali pré-existentes. A construção de um grande projeto é um exemplo claro de como se dão essas alterações nas relações estabelecidas entre os indivíduos e entre estes e o meio em que vivem.

Os grandes projetos são empreendimentos considerados indispensáveis ou de muita importância para o desenvolvimento econômico-social, regional (e nacional). Ocupam extensas áreas e afetam de diversas formas o meio no qual se inserem com impactos de cunho social, ambiental, político e, principalmente, econômico. Segundo Vainer (1992, p. 34),

São empreendimentos que consolidam o processo de apropriação de recursos naturais e humanos em determinados pontos do território, sob a lógica estritamente econômica, respondendo a decisões e definições configuradas em espaços relacionais exógenos aos das populações/regiões das proximidades dos empreendimentos.

No Brasil, a implementação desses grandes projetos é tida como prova da capacidade do país em se constituir como emergente no processo de mundialização, capaz de competir no mercado internacional, atingindo certo status, a partir do discurso desenvolvimentista adotado pelos setores interessados na execução desses projetos. Esses discursos frisam diversos ideais, tais como o desenvolvimento da região na qual o empreendimento é implantando, a geração de empregos diretos e indiretos, levando a uma diminuição das diferenças entre classes sociais, muitas vezes, sem levar em consideração os

aspectos negativos arraigados em sua proposta e mesmo na própria dinâmica do sistema capitalista, que, de uma forma ou de outra, acaba sempre gerando exclusão social.

No caso estudado, os grandes projetos em questão são as usinas hidrelétricas. A sociedade moderna tem por característica um crescente aumento na demanda por energia elétrica, afinal todas as suas atividades, produtivas ou não, consomem essa energia. Dessa forma, “a disponibilidade de sistema de energia elétrica em rede, ao lado de eficientes sistemas em rede de telecomunicações e transportes, constitui o aporte de infra-estrutura fundamental para o desenvolvimento industrial, urbano, agropecuário, bem como para o conforto, saúde e lazer da população em geral. O consumo per capita de energia elétrica é um excelente indicador do nível de qualidade de vida e do desenvolvimento econômico-social de uma determinada comunidade.” (ROSS 1999, p.17).

O desenvolvimento econômico e social brasileiro oferece um papel de destaque para as construções de hidrelétricas por todo território nacional graças ao grande potencial energético do país, proveniente do relevo planáltico e da abundância de rios. “Mais do que nunca, o aprimoramento no processo de apropriação do recurso água como fonte geradora de energia elétrica limpa é desejável por vários motivos, tanto no âmbito econômico-social, quanto no ambiental” (ROSS 1999, p.17). Assim, por dispormos de grandes bacias hidrográficas constituindo um fabuloso potencial energético, temos hoje vários projetos de Usinas Hidrelétricas (UHE's) e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's), além das diversas que já se encontram em funcionamento.

Embora seja causa primária de impactos e conflitos, a construção de usinas hidrelétricas tem sido considerada a forma mais limpa de se produzir energia e a que, a longo prazo, encontra mais facilmente um equilíbrio com o ambiente; isso quando comparadas às usinas termelétricas (altamente poluentes, lançam na atmosfera grande volume de monóxido de carbono e material particulado) e usinas nucleares (risco constante de contaminação da atmosfera e da água por material radioativo, expondo a perigo a saúde dos seres vivos das proximidades).

Ao se definir a construção de uma usina hidrelétrica, a empresa ou consórcio responsável adota um conjunto de medidas e estratégias para que o projeto seja executado de forma lucrativa e, preferencialmente, sem grandes danos financeiros e morais (propagandas e autopromoção). Para tanto, são realizados diversos estudos ambientais, visando tratar dos danos causados ao meio natural; e estudos sociais, que pretendem amenizar o impacto gerado sobre os que serão atingidos pelo projeto. É necessário que se tenha conhecimento prévio a respeito do local onde o projeto será desenvolvido, ou seja, o que cada área possui de

ambiente natural – atmosfera, hidrosfera, litosfera e biosfera – e ambiente social – infraestrutura, material constituído pelo homem e sistemas sociais criados (FENILLI E LOCH, 2002).

Tendo em mãos os resultados de estudos e pesquisas, escolhe-se uma melhor “solução” para a problemática relacionada aos prováveis impactos; e são feitas diversas propostas à população atingida. Nesse ponto, surgem dúvidas e discussões, visto que, geralmente não é levado em consideração o grau de conhecimento que os atingidos têm sobre a vultuosidade da obra. Quando se trata de uma população de pouco estudo formal, os considerados “povos simples”, a idéia de uma grande inundação pode ser inconcebível, pois ao longo de suas vidas acompanharam as maiores cheias dos rios, construindo uma linha imaginária, um limite máximo para a subida do nível da água.

Cada morador se comporta e compreende a situação de forma diferente, de acordo com interesses próprios ou incutidos por agentes externos. O fato é que imaginar cidades inteiras submersas pelas águas de rios transformados em represas é um exercício bastante difícil, uma verdade consideravelmente distante da realidade dos moradores. Porém, nos escritórios de empresas responsáveis por essas obras, as decisões são tomadas a todo vapor e tudo é feito para que as notícias sejam também manipuladas de forma a evitar a organização prévia dos que serão atingidos.

Nesse complexo processo de negociação muitos tomam decisões sem a devida compreensão a respeito do que está acontecendo de fato e quais as conseqüências provenientes da mudança; e também sem conhecer sobre os direitos que possuem e as medidas e exigências cabíveis em cada situação. Existem casos em que grupos são enviados previamente pelos empreendedores da obra, ao menos em teoria, para cumprir o papel de esclarecer os fatos, medidas e propostas adotadas pela empresa (o ponto de vista da empresa é ressaltado).

Houve também diversas situações em que a população pôde contar com mediadores ou mesmo com associações criadas para esse fim. Tais associações, muitas vezes formadas por padres, pastores, dirigentes sindicais, intelectuais, elucidam sobre o projeto e suas conseqüências e mobilizam a população contra irregularidades e abusos, bem como pela luta por seus direitos.

Esclarecimentos feitos ou abstraídos, o certo é que, cedo ou tarde, o atingido deverá se posicionar frente à problemática do deslocamento e os questionamentos a ela inerentes, como a decisão de se deslocar ou não. Além disso, é posto diante de situações incomuns, como a decisão sobre o local escolhido para ir, as indenizações e ressarcimentos

prometidos, seu estabelecimento em outro local e como transferir fisicamente seus valores – se é que tal coisa é possível.

Segundo Fenilli e Loch (2002), os principais impactos sócio-econômicos provocados pela implantação de barragens hidrelétricas são: criação de expectativas, tais como os questionamentos anteriormente citados; alteração do cotidiano da população, que passa a ter em seu convívio diversas pessoas estranhas, atraídas pela oferta de trabalho da região, culminando em uma significativa alteração demográfica; intensificação do tráfego e alteração no quadro de saúde, além das conseqüentes perdas de terras e benfeitorias; desestruturação da unidade de produção familiar e da interferência no fluxo turístico da região.

Dessa forma, na maioria dos casos, a população é ‘vítima’ de três possíveis processos: o convencimento, a coerção e a coação, que podem, em algum momento possuir significados parecidos, mas que, em princípio, se distinguem em formas diferentes de ‘motivação’. O convencimento se caracteriza por ações em que os indivíduos, interessados na mudança a ser praticada em determinada área, através do diálogo e/ou práticas financeiras, conseguem, de fato, convencer os habitantes desta área que esta mudança é necessária e positiva e que as conseqüências poderão ser manipuladas, afim de que se tenha o bem-estar de ambas as partes. A coerção se dá quando se evita a dor ou outras conseqüências negativas, fazendo com que surja uma “pseudo-motivação”, tendo como um efeito imediato, a aceitação da parte subordinada. Por outro lado, a coação, segundo o Artigo 151 do Código Civil, “é um dos vícios do consentimento nos negócios jurídicos, caracteriza-se pelo constrangimento físico ou moral para alguém fazer algum ato sob o fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família ou a seus bens”.

Diversas famílias se vêem obrigadas a aceitar ou acatar a implementação desses projetos em seu espaço de vivência, sabendo ou desconhecendo as conseqüências, elas passam a conviver com o diferente, vendo seu espaço que fora construído ao longo de várias gerações, sendo modificado por agentes externos, sem qualquer poder de interferência, desconstruindo as já estabelecidas construções históricas, sociais e naturais daquele meio. Nestas modificações, diversas intervenções são feitas, geralmente, levando em consideração prioritariamente, o caráter financeiro da obra e seus retornos monetários.

No caso estudado, tendo em foco áreas de abrangência de usinas hidrelétricas, é considerável o número de famílias que acabam por deixar o lugar em que sempre viveram, onde se criaram e criaram seus filhos, e seguem em busca de outro espaço para tentarem desenvolver seu modo de vida, o que nem sempre é possível.

Na busca de se reproduzir em outro território e contexto, e na tentativa de continuar a vida que levaram em outro local (com grande carga histórica), muitas famílias acabam não conseguindo se adaptar aos novos recursos disponíveis em sua subsistência, e, na maioria das vezes, abandonam aquele modo de vida.

Sem a devida preparação ou adaptação a uma nova forma de se ver enquanto ser vivente, uma grande e provável conseqüência do deslocamento compulsório que, segundo Estrela (2001), pode ser caracterizado como um trauma ao modificar a forma de vida dos atingidos em diversos aspectos, muito além do puramente econômico, a autora salienta que, “as perdas afetivas e as perturbações psicológicas deixaram marcas e são irreparáveis, provocando silêncio e desconfianças. A correspondência entre as mudanças provocadas pelo deslocamento e o ‘redemunho’ não é uma simples metáfora” (p.5).

A perda dos referenciais espaciais, sociais e culturais são conseqüências desse deslocamento, visto que todas as bases materiais sobre as quais foram erigidos o modo de vida e produção dos atingidos, foram transformadas em um ‘fundo de lago’ e eles precisam se adaptar a novas condições de sobrevivência e reprodução de si.

O Setor Elétrico, incluindo-se o Estado e os investidores, tanto dos setores públicos quanto dos privados, interessados no sucesso do empreendimento que, a partir de uma ótica de mercado, entendem o território como uma mercadoria com um valor monetário determinado e passível de comercialização e de troca, geralmente ligados a empresas que realizam atividades eletrointensivas, busca ao incentivar este setor, vantagens adquiridas no preço do recurso energético e com a participação nos lucros da atividade. Para tanto, passa a ocupar áreas consideradas marginais, que são usualmente ocupadas por pequenos agricultores e, possivelmente alguns grupos étnicos, e que podem ser adquiridas a um custo consideravelmente baixo.

Segundo Sigaud (1996) é feita a inundação de milhares de hectares de terras e de outros recursos naturais, utilizados ou potencialmente aproveitáveis para outras finalidades, decorrente do privilegiamento da forma de geração de energia prioritariamente adotada no país, as usinas hidrelétricas, representando uma redução do estoque de alternativas disponíveis de apropriação do território.

As formas como são feitas as aquisições dos terrenos a serem inundados também é de caráter conflituoso, de modo que a população se vê na obrigação de acatar a decisão previamente tomada por instâncias superiores, sofrendo pressões do próprio Estado – órgão ao qual deveriam recorrer em casos de impotência de ação.

O espaço, nessa relação, é utilizado por uns em detrimento de outros, fazendo com que a apropriação da natureza seja feita de maneira assimétrica, pois os recursos naturais tornam-se monopolizados, ou simplesmente inutilizados ao serem submersos. A partir dessa unilateralidade da disposição dos recursos, aquela família que deles dependia para a manutenção de sua existência, passando a não mais contar com este meio, necessita agora de buscar novas formas de reprodução de sua vida sócio-econômica e é neste momento que ocorrem a maioria dos 'estopins' dos conflitos e revoltas.

Segundo Badie (1996, p.59),

O território é visto, antes de tudo, como o lócus da estabilidade e do enraizamento e, a mobilidade proporcionada pela hegemonia das redes suplantaria a ordem mais estável do mundo territorial, assim sendo, o deslocamento compulsório, por seu caráter repentino e autoritário, gera nos indivíduos uma instabilidade para se estruturarem enquanto seres sociais.

A partir desta instabilidade, estes indivíduos, acabam se juntando em grupos, organizações e movimentos em busca de direitos que lhes foram negados. Em vista desse espectro de conflitos e contradições, surge o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

O MAB é uma organização popular que tem por objetivo apoiar as pessoas que tiveram suas vidas alteradas pela edificação de uma barragem, esclarecendo e discutindo os planos, geralmente impostos, quando ocorre a aprovação de um projeto de construção de uma Usina Hidrelétrica. Em um número publicado pelo próprio movimento em 2007 (p. 22), o grupo se descreve da seguinte forma:

Quando uma barragem está para ser construída, geralmente as populações que serão atingidas são as últimas a saber o que, de fato, vai acontecer com a vida delas. Estamos tratando de algo que vai modificar toda a história construída pelos seus antepassados [...]. A única maneira de sermos ouvidos é nos organizando. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) visa reunir todos os atingidos. O MAB é um movimento nacional. Em muitos lugares o povo tem vencido grandes empresas nacionais e internacionais e impedido a construção das barragens. Em outros lugares, não conseguiu impedir a obra, mas garantiu através de muita luta seus direitos. Hoje, estamos organizados em 14 estados do Brasil.

Com a existência dessa e de outras organizações menores, juntamente com os avanços jurídico-institucionais e a pressão das entidades financiadoras, o cenário político-econômico no qual a geração de energia está inserida se torna mais conturbado, com maiores tendências a se discutir os direitos dos atingidos, bem como a viabilidade e a necessidade real da execução desses projetos. De certa maneira, tornou-se mais difícil se prever o custo total de

um empreendimento hidrelétrico, tendo em vista que muitos aspectos teriam que ser levados em consideração.

Segundo Vainer (2007, p.128),

A arrogância tecnoburocrática da época da ditadura militar viu-se questionada por movimentos sociais, organizações de atingidos e movimentos ambientalistas que se sentiam no direito de, e se consideravam aptos para participar tanto da discussão e definição das políticas energéticas de longo prazo quanto das decisões sobre a implantação de projetos particulares. O próprio setor elétrico estatal vai perceber que deve assumir novas posturas, pois a sociedade mudou.

É de suma importância a discussão sobre o interesse em se continuar promovendo um sistema de produção e transmissão de energia que geram numerosos impactos – ambientais, sociais e econômicos – além de causar graves desigualdades regionais. As regiões Norte e Sul do país se tornam exportadoras de energia para a região Sudeste, um sustentáculo para o desenvolvimento industrial desta região, tendo como custo a ‘imposição’ de construção de barragens como forma de utilização e aproveitamento do espaço, dando margem a constituição de um território sem muitas alternativas para o uso e ocupação do solo.

A partir do exposto, podemos concluir que o território construído pelo indivíduo dificilmente pode ser transformado em mercadoria com um valor agregado de comércio, nem tampouco esse valor pode ser determinado por outrem, externo à realidade dos moradores diretamente ligados àquele espaço.

Torna-se evidente a maneira com que o Estado, enquanto instituição que deveria assegurar a todos, indistintamente, a estabilidade de um lar, passa a adotar o papel de empreendedor, buscando se estabelecer no território nacional, planejá-lo e geri-lo da maneira que mais render lucros. Diversas fontes energéticas, visando alavancar o desenvolvimento industrial, deixam à margem desse processo indivíduos que ficam desprotegidos e são obrigados a deixar o lugar que, ao longo de diversas gerações, edificaram e depositaram seus valores em busca de uma nova forma de viver. O que faz com que seja questionável o modelo vigente de produção energética que tem um custo social tão elevado e complexo.

Sair do lugar onde se estabeleceu um modo de viver tradicional, acostumados ao ritmo da vida cotidiana, com suas manifestações culturais, o apego a construções materiais, em que, de acordo com os sinais percebidos pela experiência, podiam ser feitos, até mesmo, previsões de tempo, constitui uma dura realidade a que muitos moradores são submetidos em nome da modernidade.

O convencimento dos moradores de que a melhor opção é migrar, passa por uma situação, por vezes constrangedora, de que aquele que se nega a ceder seria contra o progresso. Porém, não dizem de quem é realmente esse progresso. Para os agentes no poder, o fato de muitos se oporem a mudar significa ter apego por coisas insignificantes. Contudo, nesse contexto, insignificante é o sentimento de pertencimento a um lugar, aquilo que todo e qualquer cidadão que for submetido a um deslocamento compulsório sentirá.

Reduccionismo. Esse é o termo usado para quem dá atenção a esses “pequenos” fatos da vida cotidiana. Pequenos pra quem está do lado oposto aos que construíram e vivem nesses territórios. Pois, é de lá também que terão de carregar na memória as lembranças dos momentos felizes, e por que não também momentos ruins, que viveram em família. A perda desses lugares pode acarretar o sentimento de perda do próprio chão que não é a terra propriamente dita, pois terra se troca por terra, mas do chão da vida.

Em uma perspectiva diferente, outro viés do deslocamento compulsório pode ser analisado. Como discutido anteriormente, a construção de unidades hidrelétricas tem por resultado a mobilidade, a expulsão de diversos indivíduos de seus locais habituais de sobrevivência, porém, este não é o único movimento perceptível durante o processo de constituição de uma Usina Hidrelétrica.

Após a construção da barragem, uma grande porção do território ao seu redor é alagada, constituindo, dessa forma, o lago artificial. São águas que submergem todos os recursos naturais e meios de reprodução social e econômica nesta área tornando imprópria a presença dos tradicionais moradores da região. O que acontece é que, a mesma água que expulsa uns atrai outros. Falamos aqui da supervalorização monetária dos terrenos situados às margens do lago que são rapidamente incorporados ao modo capitalista de distribuição, uso e ocupação do solo: a especulação imobiliária.

Atraídos pela busca do lazer e pela comercialização da idéia de uma vida ‘mais natural’, do bucolismo de se viver em contato com os elementos naturais, pela constante promessa de saúde, segurança e bem-estar para as famílias presentes nos anúncios publicitários, diversas pessoas de considerável poder aquisitivo adquirem parcelas dos terrenos disponíveis próximos às represas ou compram uma chácara ou sítio em condomínios previamente construídos, estruturados e equipados pelos agentes imobiliários que atingem, assim, o nível máximo de lucros passíveis de serem obtidos com a venda e revenda dessas áreas.

A apropriação destes terrenos com grandes potenciais paisagísticos, por pessoas que anseiam utilizá-los com fins recreativos, cria uma nova forma de uso do solo, criam-se

novos territórios baseados em novas perspectivas de vida, implicando em diferentes efeitos ambientais e sociais.

Materiais e Métodos

Os objetivos da pesquisa foram atingidos através dos seguintes procedimentos metodológicos:

- Levantamento bibliográfico. Nesta etapa, procurou-se reunir diversas obras que contribuíssem com o entendimento da temática entre livros, teses, dissertações, monografias dentre outras;
- Busca de informações em órgãos públicos e privados relacionados ao empreendimento estudado. Aqui, por meio do trabalho campo, foram realizadas visitas à obra em apreço, bem como, observações nas áreas consideradas de novos territórios erguidos após a construção da barragem;
- Elaboração e aplicação de questionário. Esta etapa constituiu a forma de contato mais direto com os novos personagens envolvidos na história da construção da Hidrelétrica de Miranda;

Caracterização da área de estudo

Localizado no leito do rio Araguari, no município de Indianópolis, há 30 km da cidade de Uberlândia, a Usina Hidrelétrica de Miranda é constituída por uma usina com três unidades geradoras, com potência instalada de 409MW e capacidade produtiva de 397.500 kWh (CEMIG, 2009). A Usina de Miranda foi construída entre 1994 e 1996 e o enchimento do lago se deu em 1997. A barragem possui 79 metros de altura e criou um lago de 51,25Km² e volume de água de 1,12 bilhões de m³ (RODRIGUES, 2002). O projeto realizado pela Cemig, tem sua concessão datada de 23/12/96 até 23/12/2016, sendo possível a prorrogação da mesma.

Sendo a segunda usina programada para o vale do rio Araguari, a UHE Miranda tem por função, além da produção de energia, regularizar a vazão do rio para o controle do fluxo de águas para as demais usinas situadas a jusante do rio, ou seja, as Usinas Hidrelétricas Amador Aguiar I e II.

Em extensão de aproximadamente 50km², o lago abrange os municípios de Indianópolis, Uberaba e o Distrito de Tapuirama, pertencente ao município de Uberlândia,

causando significativa mudança no uso e ocupação do solo, dando a estes espaços características e atrativos turísticos que antes não lhes pertenciam.

É, justamente, a área de entorno da Usina hidrelétrica de Miranda situada na porção congruente ao município de Uberlândia a área compreendida por este estudo, afim de que sejam verificados quais os impactos gerados neste setor.

Em trabalho de campo realizado no município de Indianópolis, no qual visitou-se a unidade produtiva da CEMIG, a Usina Hidrelétrica de Miranda, e ainda alguns dos territórios naquela cidade que sofreram diretamente os efeitos da construção da usina naquele local, pode-se perceber que o território, que anteriormente era utilizado com fins de subsistência – pequena agricultura, criação de gado, sítios de lazer destinados à pesca -, passa a ser desprovido de suas funções anteriores. A pesca é proibida no entorno do reservatório, o que fez com que os ranchos de pesca fossem substituídos por pequena atividade agrícola ou continuassem ilegalmente exercendo a função.

Essa visita técnica à sede da usina proporcionou o entendimento imediato da expressão ‘grande projeto’, uma vez que são perceptíveis aos olhos as dimensões de grande proporção dos equipamentos, da barragem, da altura do lago e sua extensão de alagamento. Impressionante, também, é perceber a quantidade mínima de funcionários envolvidos com a manutenção e operação da usina, sendo quase todos os procedimentos necessários são automatizados, havendo ainda o plano de reduzir ainda mais o pessoal empregado nesta unidade produtiva.

Segundo Andrade & Santos (2004), o enchimento do lago proporcionou diversos impactos na paisagem de cunho ambiental, tais como destruição de uma extensa área de cerrado, modificação do padrão hidrológico do rio, interferência direta no ciclo de vida dos peixes, dada à impossibilidade gerada pela barreira física que se tornou a barragem para a realização da piracema, além de diversas espécies de flora e fauna pertencentes à região que foram transferidas para outros locais.

Como forma de amenizar os efeitos ambientais negativos, a CEMIG criou uma unidade de conservação de fauna e flora, a Unidade Jacob, que consiste em uma área de 358 hectares que é utilizada para fins de pesquisa e preservação do patrimônio natural.

Discussões e Resultados

No que se refere ao município de Uberlândia, os principais acontecimentos advindos com a construção da Usina Hidrelétrica de Miranda notados, no Distrito de

Tapuirama, se referem a edificações de chácaras, condomínios e clubes, construções voltadas para realização de atividades de lazer e turismo. Dessa forma, esta área atrai para si um contingente de interesses partidos de especuladores imobiliários, ‘eco-turistas’ e visitantes em geral. Neste trabalho enfocaremos estes impactos, sendo eles os principais relativos ao município de Uberlândia.

É importante frisar os impactos ambientais proveniente da construção destes sítios de lazer, uma vez que, em sua maioria, são construídos sem um adequado planejamento que garanta a sua correta instalação e uso, infringindo diversas legislações e exigências ambientais necessárias à preservação do patrimônio ambiental restante.

A partir da construção da barragem e a conseqüente formação do lago, uma nova forma de ocupação do espaço foi adotada na área, foram construídos diversos condomínios fechados, totalizando uma quantia superior a 10, atraindo um público específico, de classe média a alta, que possui interesse em encontrar uma alternativa para seu cotidiano, uma fuga de sua rotina.

Segundo a presidente da associação de moradores, representante dos condomínios Miranda I, Miranda II, Miranda III, Miranda IV, Miranda V, Miranda VI, Miranda 2000, Praia e Baía, os usos mais atribuídos às glebas adquiridas, se dão da seguinte forma:

Tem sido 50% para lazer e 50% para moradia e subsistência familiar (hortaliças, galinhas, etc.) principalmente para quem é aposentado ou está para se aposentar. Estão sendo cada vez mais procuradas essas áreas por pessoas que querem descansar do agito de nossa cidade.

Assim, podemos identificar o anseio das pessoas que adquirem o imóvel em obter um novo ‘padrão’ de vida, o considerado tranquilo, saudável e ecologicamente correto.

Contudo, diversos são os problemas identificados na área estudada, a iniciar por irregularidades no processo de licitação para que fossem feitos os loteamentos, uma vez que é proibida a edificação em áreas de preservação permanente - O Código Florestal Brasileiro (Lei nº 4.771/65) conceitua o que seja área de preservação permanente, em seu art. 1º, § 2º, inciso II, acrescentado pela MP nº 2.166-67/01:

Área protegida nos termos dos art. 2º e 3º desta Lei, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

Basicamente todos os condomínios foram construídos em área de APP. Mas, outro problema bastante grave é o não cumprimento das medidas necessárias para manutenção da qualidade hídrica, segundo moradores, o esgoto não recebe nenhum tipo de tratamento químico, a maioria dos esgotos domésticos são simplesmente lançados em reservatórios cavados no chão o que, dada a proximidade do lago, pode resultar em contaminação da água.

Os resíduos sólidos também se tornaram um incômodo para os moradores, uma vez que não existe nenhum tipo de coleta formalizada ou estruturada. Cada morador é responsável pela destinação dos seus resíduos, gerando um grande acúmulo de lixo e entulho pelas matas, rodovias e margens do lago.

É comum que os moradores se queixem dos problemas resultantes do que eles chamam de ‘negligência do poder público’, assim, um entrevistado nos diz:

Aqui, os principais problemas são a falta de infra-estrutura, preços altíssimos de mão-de-obra para qualquer serviço a ser feito na região, total abandono por parte dos órgãos públicos (poder público municipal, estadual e federal) que poderiam ser parceiros para ajudar a consertar ou amenizar as questões, principalmente, ligadas ao meio ambiente e não o fazem. Quando tem alguma ação, a mesma é punitiva e nunca educativa. Então, somos poucos remando contra uma grande maré. São poucos os idealizadores de defesa do meio ambiente e não temos apoio dos órgãos competentes. Só recebemos acusações.

A partir da enumeração dos problemas que cada condomínio enfrenta, os moradores se organizaram em uma estrutura que busca a melhoria da qualidade dos serviços e equipamentos da região. Formaram uma associação de moradores, elegendo um diretor responsável em cada condomínio que se compromete a representar os moradores frente quaisquer discussões, propostas e problemas postos em pauta. A presidente da associação define as metas e objetivos desta instituição:

Buscamos primeiramente manter o cadastro dos adquirentes de chácaras, pois as imobiliárias dificultavam nossa organização inicial, não fornecendo dados completos. Também priorizamos a união, adotamos a postura de zeladores do meio ambiente (difícil ação, pois depende de constante conscientização e educação permanente) e buscamos a regularização do loteamento perante o município. Para tanto, são realizadas diversas assembleias, reuniões de diretorias, encontros educativos, mutirões de limpeza, plantio de mudas, palestras e festas.

Na opinião dos moradores e seus representantes faltam investimentos e incentivos para que a área se desenvolva e atinja seu potencial máximo de uso para lazer e turismo. Entretanto, mesmo com os problemas citados, e outros tantos ainda implícitos, cresce a demanda por glebas nos condomínios fechados da região do lago, ainda segundo a associação

de moradores que também funciona como veículo de promoção e propaganda dos lotes à venda.

Enfim, a ideologia de um lugar bucólico – porém moderno – com capacidade de proporcionar descanso, diversão e reunião de amigos e família se torna um sonho de consumo de sociedade rendida ao modo de produção capitalista, que exige de cada indivíduo que dê o máximo de sua energia para a manutenção do mercado de trabalho afim de que o mesmo possa sobreviver neste mundo capitalizado. Possuir um lugar em que as preocupações cotidianas podem ser colocadas de lado, mesmo que momentaneamente, faz com que o território seja modificado e estruturado de uma maneira diferente, é uma outra forma de transformação do espaço pelo trabalho do homem.

Considerações

A partir do desenvolvimento deste trabalho, o conceito de ‘efeito’ pôde ser bem apreendido, deixando claro que o mesmo não deve ser simplesmente pensado a partir de uma denotação positiva ou negativa, , porém deve ser pensada a totalidade do fato a fim de que não se omita informação que possa ajudar na compreensão do mesmo. Neste sentido, ao sermos questionados se o progresso é bom ou mau poderíamos dizer de forma brusca que o mesmo é bom. E é. Mas, não é se o preço pago pelo mesmo for caro a um dos lados envolvidos, ou seja, os chamados atingidos. Dessa forma, foi possível a análise dos fatos desencadeados a partir da constituição e edificação de um grande projeto sem juízo de valor, o que é fundamental para que se faça ciência de fato.

Historicamente, a construção de grandes projetos afetou, e afeta, a vida de milhares de pessoas, das mais diversas e variadas formas. Ao tratarmos, neste estudo, da construção de uma Usina Hidrelétrica, espera-se, quase que obrigatoriamente, que se levantem diversos fatores, considerados negativos, tais como expulsão de pessoas de seus locais de origem, abusos contra o meio ambiente, desrespeito a determinações judiciais, entre outros. Este é um preço caro a se pagar pelo progresso.

De fato, ao longo desta pesquisa nos deparamos com uma gama considerável destes fatores, contudo, perseguimos e insistimos na importância de não nos limitarmos ao óbvio e buscamos elucidar a respeito do efeitos em geral e não apenas dos impactos causados, assim nos detivemos no estudo da construção dos condomínios de lazer, um efeito considerável proporcionado pela formação do lago de Miranda no município de Uberlândia/MG.

A concepção de deslocamento compulsório é aqui atribuída em um sentido inverso ao da expulsão de pessoas de sua terra, sendo caracterizada pelo movimento de atração de indivíduos com ensejos semelhantes a um lugar em que um atrativo fora criado. É evidente que a presença antrópica acarreta diversos desequilíbrios e problemas na região estudada, bem como a ausência de políticas públicas (que ironicamente é uma ação antrópica) voltadas para a manutenção da qualidade de vida dos que ali vivem bem como para a preservação do patrimônio natural ali presente. Logo, se identifica a importância da realização de estudos como este, como ferramenta de identificação dos problemas existentes e planejamento das medidas a serem tomadas.

Referências:

ANDRADE, R.B; SANTOS, R.J. **Levantamento e Mapeamento dos Recursos Naturais e suas Potencialidades Turísticas nos Distritos de Uberlândia-MG.** Uberlândia, 2004. 24p.

Disponível em:

<http://www.propp.ufu.br/revistaelectronica/edicao2004/humanas/levantamento_e_mapeamento.PDF> acessado em 15 de junho de 2009.

ARAUJO, F.G.; HAESBAERT, R.; CRUZ, V. [et al]. **Identidades e territórios: Questões e olhares contemporâneos.** Rio de Janeiro: Access, 2007. 136p.

BADIE, Bertrand. **O fim dos territórios. Ensaio sobre a desordem internacional e sobre a utilidade social do respeito.** Lisboa: Instituto Piaget. 1996. 304p.

BECKER, B.;SANTOS, M. 2002... [et al]. **Território, territórios : ensaios sobre o ordenamento territorial,** Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

BORGES, A. A. **Diagnóstico ambiental e proposta de monitoramento da área do lago de Miranda pertencente ao município de Indianópolis – MG.** Uberlândia: UFU, 2006. 141p.

CEMIG. As principais usinas. Disponível em: <http://www.cemig.com.br/pesquisa_escolar/principais/usinas_cemig.asp#> , acessado em 14 de junho de 2009.

FENILLI, G. Z.; LOCH, C. **Impactos Sócio-Ambientais Causados pela Implantação da Usina Hidrelétrica Itá**. Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário. UFSC, Florianópolis, 2002. Disponível em <http://geodesia.ufsc.br/Geodesia-online/arquivo/cobrac_2002/092/092.HTM> acessado em 19 de janeiro de 2009.

FLORES, M. **A identidade cultural do território como base de estratégias de**

desenvolvimento – uma visão do estado da arte, Contribuição para o Projeto Desenvolvimento Territorial Rural a partir de Serviços e Produtos com Identidade – RIMISP. Disponível em <http://66.102.1.104/scholar?hl=pt-BR&lr=&client=firefox-a&q=cache:5fnMTrmRltMJ:www.fidamerica.cl/admin/docdescargas/centrodoc/centrodoc_236.pdf+related:5fnMTrmRltMJ:scholar.google.com/> acessado em 19 de janeiro de 2009.

HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo. Contexto. 2002.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS – MAB. **Quem é o movimento dos atingidos por barragens?** In: Revista Hidrelétricas no rio Madeira: energia para quem e para quem?. Candeias do Jamary – RO: 2007, 24 p.

RODRIGUES, S.C. **Mudanças ambientais na região do cerrado. Análise das causas e efeitos da ocupação e Uso do solo sobre o relevo. O caso da bacia Hidrográfica do rio Araguari, MG**. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 12, pp. XX, 2002.

SIGAUD, L. Crença, descrença e interesses: por uma sociologia das condutas face ao deslocamento compulsório. In: MAGALHÃES, S. B.; BRITTO, R. G., CASTRO, E. R. (Coord.). **Energia na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1996. v.2. p. 551-570.

_____. O efeito das tecnologias sobre as comunidades rurais: o caso das grandes barragens. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 7, n.18, p.18 - 28, fev. 1992.

ROSS, J. Hidrelétricas e os Impactos Sócio – Ambientais. In: STIPP, N. A. (Org.). **Análise Ambiental Usinas Hidrelétricas: uma visão multidisciplinar – Núcleo de estudos do meio ambiente (NEMA/UEL)**. Londrina: Ed. UEL: NEMA, 1999. p.17-28.

VAINER, C. B. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992,. 86 p.

_____. **Recursos Hidráulicos: questões sociais e ambientais**. Estudos Avançados, v. 21, p. 119-138, 2007

ZAAR, M.H. **O processo migratório no extremo oeste do estado do Paraná/Brasil com a construção da hidrelétrica binacional ITAIPU**. Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, nº 69 (47), 1 de agosto de 2000.